



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA

FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA (SSM/FUSMA)

**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE
PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS,
LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS, REABILITAÇÃO E
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR**

NATAL/RN – OUTUBRO DE 2025

ÍNDICE

PREÂMBULO.

- 1. DA CONVOCAÇÃO.**
- 2. DO OBJETO.**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.**
- 4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.**
- 5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.**
- 6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.**
- 7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.**
- 8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**
- 9. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.**
- 10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**
- 11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS.**
- 12. DAS SANÇÕES.**
- 13. DA RESCISÃO.**
- 14. DOS RECURSOS.**
- 15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.**
- 16. DA REVOGAÇÃO.**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**
- 18. DO FORO.**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE NATAL**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025
NUP Nº 63064.010971/2023-38**

**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO - HOSPITALARES,
AMBULATORIAIS, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS, REABILITAÇÃO E
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR**

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. A União, apresentada pelo Hospital Naval de Natal, da Marinha do Brasil, mediante a Comissão Especial de Credenciamento, designada em Portaria pelo Ordenador de Despesas do Hospital Naval de Natal, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará, por inexigibilidade de licitação, a seleção e o credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços de atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; assistência médico-hospitalares ambulatoriais; laboratoriais, odontológicas; reabilitação e assistência domiciliar; conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos, para o atendimento aos beneficiários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA).

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

1.2.2. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980;

1.2.3. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

1.2.4. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;

1.2.5. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

1.2.6. Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024;

1.2.7. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, e suas alterações;

1.2.8. Instrução Normativa 05, de 21 de junho de 1995, do MARE;



- 1.2.9.** Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014, e suas alterações;
- 1.2.10.** Instrução Normativa nº 73, de 20 de agosto de 2020, do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Desburocratização e Gestão;
- 1.2.11.** Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;
- 1.2.12.** Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;
- 1.2.13.** Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73, de 27 de junho de 2020, e suas alterações;
- 1.2.14.** Resolução CFM nº 1.668/2003;
- 1.2.15.** Resolução CFM nº 1.672/2003;
- 1.2.16.** RDC nº 306 da ANVISA, de 07/12/2004;
- 1.2.17.** RDC nº 11 da ANVISA, de 26/01/2006;
- 1.2.18.** DGPM - 401 da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, que estabelece Normas para Assistência Médico-Hospitalar (4ª Rev.);
- 1.2.19.** DGPM - 404 da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, que estabelece Normas sobre Dados Estatísticos e Auditoria de Contas Médicas (4ª Rev.);
- 1.2.20.** SGM - 102 da Secretaria-Geral da Marinha, que estabelece Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos (6ª Rev.);
- 1.2.21.** DSM - 2002 da Diretoria de Saúde da Marinha, Manual de Auditoria à Assistência de Saúde; e
- 1.2.22.** Portaria 2.048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;

1.3. De acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, “nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento”.

1.4. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, incisos I à III, do Decreto nº 11.878, de 2024, conforme abaixo:

“I - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos - caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.”

1.5. O credenciamento observará as seguintes fases:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de credenciamento;



III - de registro do requerimento de participação;

IV - de habilitação;

V - recursal; e

VI - de divulgação da lista de CONTRATADOS.

1.6. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar, de acordo com o art. 4º do 11.878/2024.

1.7. Nenhuma das pessoas - físicas ou jurídicas - contratadas (credenciadas) atuarão ou prestarão serviços no interior das instalações desta Organização Militar, sob pena de grave ilegalidade.

1.8. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os anexos abaixo:

Anexo A	TERMO DE REFERÊNCIA
Anexo B	REFERENCIAL DE PROCEDIMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL E DOMICILIAR DO SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA
Anexo C	CLASSIFICAÇÃO HOSPITALAR, DIÁRIAS E TAXAS HOSPITALARES
Apêndice Anexo C	TABELA DE DIETAS E MATERIAIS HOSPITALARES
Anexo D	ANATOMIA PATOLÓGICA, CITOPATOLOGIA E EXAMES LABORATORIAIS
Anexo E	SERVIÇO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR - SIAD
Anexo F	REGRAS GERAIS PARA AUTORIZAÇÃO, COBRANÇAS DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E ORGANIZAÇÃO DE FATURAS
Anexo G	SOLICITAÇÃO DE QUIMIOTERAPIA
Anexo H	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS E MATERNIDADES
Anexo I	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA CLÍNICAS MÉDICAS
Anexo J	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA LABORATÓRIOS DE ANATOMIA, CITOPATOLOGIA E LABORATORIAL
Anexo K	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO



Anexo L	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS
Anexo M	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA COOPERATIVAS
Anexo N	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR
Anexo O	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA)
Anexo P	MODELO DE MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS CIRURGIÃO DENTISTA
Anexo Q	MODELO DA CARTA PROPOSTA PARA ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS)
Anexo R	MODELO DA DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SERVIDOR NO QUADRO FUNCIONAL PARA ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS)
Anexo S	MODELO DA DECLARAÇÃO DO TRABALHO DE MENOR PARA ORGANIZAÇÃO ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS)
Anexo T	MODELO DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE AUTÔNOMO (PSA)
Anexo U	MODELO DA DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS PARA PROFISSIONAL DE SAÚDE AUTÔNOMO (PSA)
Anexo V	MODELO DA DECLARAÇÃO DE BAIXO RISCO - OCS / PSA
Anexo W	DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS)
Anexo X	DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE AUTÔNOMO (PSA)

1.9. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.10. A documentação mencionada no item acima e o Edital em formato digital, também poderão ser consultados no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/com3dn/content/credenciamento-0> ou ser recebida por mensagem eletrônica. Para solicitação de informações poderão ser utilizados os telefones: (84) 3216-3540 / 99683-0046.



2. DO OBJETO

2.1. O objeto deste Edital é o Credenciamento no Estado do Rio Grande do Norte, de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), na prestação de serviços de atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; assistência médico-hospitalares ambulatoriais; laboratoriais, odontológicas; reabilitação e assistência domiciliar; conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos, para o atendimento aos beneficiários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA).

2.2. A prestação de serviços de assistência médico-hospitalares, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, laboratorial, odontológica, reabilitação e assistência domiciliar, abará os Municípios do RN e da assistência domiciliar, Natal e Grande Natal, dentre as áreas descritas no Anexo E.

2.3. É permitido ao CONTRATADO subcontratar os seguintes serviços:

Objeto – exames laboratoriais;

Objeto – serviços de imagem; e

Objeto – procedimentos em Oncologia;

2.3.1. O CONTRATADO deverá indicar os eventuais subcontratados;

2.3.2. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, exigidos neste Edital;

2.3.3. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto transferido de forma parcial.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1 O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial da União;

3.2. O presente Edital vigorará por prazo indeterminado, a partir da sua publicação;

3.3. Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.4. O Edital será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

3.5. Período para recebimento dos documentos para fins de credenciamento: a partir da publicação deste edital, o interessado poderá apresentar documentação para fins de credenciamento, que será analisada pela Comissão Especial de Credenciamento. **O credenciamento não obriga a administração pública a contratar, de acordo com o art. 4º do Decreto nº 11.878/2024.**

3.5.1. Horário: 08:00 h às 11:00 h, de segunda a quinta-feira, em dias úteis (dias em que houver expediente no HNNa);

3.5.2. Local: Setor de Credenciamento do Hospital Naval de Natal - HNNa, situado na Rua Sílvio Pellico, s/n, Alecrim, Natal, RN.



3.6. As modificações no Edital serão publicadas no PNCP e observarão os prazos inicialmente previstos no Edital, respeitado o tratamento isonômico dos interessados.

3.6.1. Poderão habilitar-se, para credenciamento, Profissional de Saúde Autônomo (PSA) e Organização Civil de Saúde (OCS) de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento e sejam previamente cadastrados no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.6.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão participar deste credenciamento:

3.8. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.8.1. Na execução dos serviços contratados, de empregado ou profissional que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão CONTRATANTE, conforme art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

3.8.2. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento:

3.8.2.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.8.2.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade; e

3.8.2.3. Para fins de comprovação, o interessado deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

3.8.3. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.8.4. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 156, III da Lei nº



14.133, de 2021) ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133, de 2021);

3.8.5. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; se aplicada com base na Lei nº 14.133, de 2021;

3.8.6. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/1998;

3.8.7. Pessoas jurídicas em processo falimentar;

3.8.8. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.8.9. Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

3.8.10. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

3.8.11. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.8.12. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

3.8.13. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, gestor do Hospital Naval de Natal, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.14. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores;

3.8.14.1. No caso do subitem anterior a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade;

3.8.15. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



3.9. Para se habilitar à contratação, a **Organização Civil de Saúde** interessada deverá apresentar **“Carta Proposta”**, conforme modelo do Anexo Q, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

- I) Ser digitada ou impressa, em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;
- II) Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos;
- III) Constar dias e horários de atendimento;
- IV) Conter a relação do Corpo Clínico, impressa, e em anexo a Certidão de Regularidade do respectivo Conselho de Classe, dentro da validade, para cada profissional listado no Corpo Clínico;
- V) Conter a relação de serviços - impressa e ser encaminhada em meio eletrônico;
- VI) Conter a relação de equipamentos técnicos - impressa e em meio eletrônico;
- VII) Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e
- VIII) Ser datada e assinada pelo representante legal, podendo ser por meio eletrônico.

3.10. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar **“Requerimento para Credenciamento”**, conforme modelo do Anexo T, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

- I) Ser digitado ou impresso, em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;
- II) Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos;
- III) Constar dias e horários de atendimento;
- IV) Conter a relação de serviços;
- V) Conter a relação de equipamentos técnicos;
- VI) Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos;
- VII) Ser datado e assinado por si ou por seu representante;
- VIII) O odontólogo somente poderá ser CONTRATADO para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

3.11. A **“Carta Proposta”** e o **“Requerimento para Credenciamento”** terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação por igual período; e



3.11.1. As Cartas Propostas e os Requerimentos para Credenciamento deverão ser entregues no Serviço de Credenciamento do Hospital Naval de Natal para apreciação da Comissão Especial de Credenciamento, em envelope que deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

HOSPITAL NAVAL DE NATAL
SERVIÇO DE CREDENCIAMENTO
PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO
RAZÃO SOCIAL / CNPJ OU NOME DA PESSOA FÍSICA

3.11.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os interessados liberados dos compromissos assumidos.

3.11.3. A apresentação da “**Carta Proposta**” e o “**Requerimento para Credenciamento**” com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo o CONTRATADO o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.11.4. Cada OCS ou PSA apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.11.5. Por credenciais entendem-se:

3.11.5.1. Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva;

3.11.5.2. Caso seja administrador de pessoa jurídica, este deverá apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social;

3.11.5.3. A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela interessada;

3.11.6. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência que lhe deu causa.



3.11.7.A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OCS, dado a sua natureza de pessoa jurídica.

4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Comissão Especial de Credenciamento consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar no item 4.6 desta Seção.

4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o interessado esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

4.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação não contempladas nele e listada neste Capítulo;

4.1.3. A Comissão Especial de Credenciamento terá o prazo de 50 (cinquenta) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.1.4. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Credenciamento poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3. Os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

4.4. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

4.4.1. Organização Civil de Saúde (OCS):

4.4.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

4.4.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

4.4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



4.4.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.4.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.4.1.7. Em caso de Cooperativas conforme IN nº 98 de 26 de dezembro de 2022:

4.4.1.7.1. Ata de fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.4.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias;

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.4.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na Entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.4.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.4.2.1. Carteira de Identidade; e,

4.4.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

4.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.5.1. Organização Civil de Saúde (OCS):

4.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.5.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

4.5.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011; e,



4.5.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

4.5.1.6. Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.5.1.6.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.5.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

4.5.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

4.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

4.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos dos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

4.5.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

4.6. Qualificação Técnica:

4.6.1. Organização Civil de Saúde (OCS):

4.6.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.1.2. Documentação do responsável técnico da OCS:

4.6.1.2.1. RG e CPF;



4.6.1.2.2. Certificado de especialidade;

4.6.1.2.3. Registro no Conselho de Classe.

4.6.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

4.6.1.3.1. Nome completo;

4.6.1.3.2. Especialidade clínica;

4.6.1.3.3. Número no registro de classe.

4.6.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.6.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.6.1.6. O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.1.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.1.6.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.1.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;

4.6.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.6.1.7. Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.6.1.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;



4.6.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.6.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.6.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.4. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.2.5.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.2.5.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

4.6.2.5.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.6.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão CONTRATADOS nas respectivas especialidades comprovadas.

4.8. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo M.



4.9. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.9.1. SICAF;

4.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.9.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.10. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.11. O CONTRATANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde ou o Profissional de Saúde Autônomo, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes do presente processo de credenciamento correrão por conta de recursos oriundos do Orçamento Geral da União, conforme segue:

Gestão/Unidade: 83701/00001

Fonte: 100000000 ou 1005000144

Programa de Trabalho: 216838 ou 216820

Elemento de Despesa: 339036 (pessoa física - PSA) ou 339039 (pessoa jurídica - OCS)

PI: B42201002DU

5.2. Estimativa para 12 meses: O valor estimado de gastos decorrentes do credenciamento, para o período de doze meses, será de R\$ 60.953.996,44 (sessenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), para custos de encaminhamento a Organização Civil de Saúde (OCS) e para Profissional de Saúde Autônomo (PSA), tendo sido levado em consideração os gastos do ano de 2024, acrescido da majoração de 4,83 %, equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),



dos últimos 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de dezembro de 2024, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.3. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante consulta ao SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal:

FUSMA/HNNA	2024
OCS/PSA	R\$ 58.144.901,83

6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual (Termo de Contrato) presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 92 da Lei 14.133/2021.

6.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal

6.3. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua vigência limitada em 120 meses de sua assinatura (ou da publicação do Edital), não cabendo prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

6.4. Os contratos poderão ser alterados, com a devida justificativa, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Após assinatura do Termo de Contrato o CONTRATADO dará início aos serviços contratados.

6.6. A utilização dos serviços contratados será de livre escolha do beneficiário do FUSMA.

6.7. A recorrente manifestação negativa dos usuários, do mesmo CONTRATADO, poderá acarretar a não renovação contratual.

6.8. O CONTRATANTE poderá revogar o contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devidamente comprovado em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

6.9. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, extrato, do instrumento de Termo de Credenciamento ou seus aditamentos, no Diário Oficial da União (DOU), até o quinto dia útil do mês subsequente da assinatura do documento, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, ainda que sem ônus.



7. DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

7.2. Os beneficiários do SSM/FUSMA (militares, servidores civis, pensionistas e dependentes), deverão ser encaminhados pelo Hospital Naval de Natal, portando a Guia de Apresentação do Usuário (GAU), e serão identificados da seguinte forma:

7.2.1. Os beneficiários do SSM/FUSMA e seus dependentes deverão apresentar a carteira de identidade expedida pela Marinha do Brasil;

7.2.2. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do SSM/FUSMA, fornecida pelo Departamento de Pessoal da Organização Militar onde o militar/servidor é lotado, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.3. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de guia de encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa no subitem 7.2. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar ao CONTRATANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de **48 horas**. Caso o prazo ultrapasse as **48 horas**, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com o CONTRATADO, sem nenhum ônus ao SSM/FUSMA.

7.3.1. O SSM/FUSMA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência; e não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

7.3.2. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

7.4. No caso da prestação de serviços de reabilitação, as previsões do item 7.2 serão tratadas especificamente no Anexo B deste Edital.

7.5. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado por parte do CONTRATADO no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.



7.5.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido ao Serviço de Auditoria em Saúde do CONTRATANTE; e

7.5.2. O CONTRATANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CONTRATADO.

7.6. Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia, fisioterapia e de terapia ocupacional, serão autorizadas quantidade de sessões detalhadas no Anexo B.

7.7. Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, serão reservados aos pacientes da atenção especializada, indicados obrigatoriamente por psiquiatra da Marinha do Brasil ou CONTRATADO sendo autorizados somente na modalidade de psicoterapia breve de, no máximo 6 meses de duração ou 34 sessões. Destinam-se exclusivamente, a reabilitação profissional de militares da ativa, de acordo com o subitem 14.2.4, Capítulo 14 da DGPM-401. Os demais usuários que necessitarem de apoio psicoterápico deverão recebê-los nos serviços especializados do SSM.

7.8. O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. Com fundamento nos termos do Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, somente será permitida ao CONTRATADO subcontratar os serviços referentes a unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio ao diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem e locação de material hospitalar.

7.9.1. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto subcontratado, e deverá ser autorizada prévia e expressa pelo CONTRATANTE em cada situação.

7.9.2. O CONTRATADO será o responsável civil e penalmente pelos danos causados aos beneficiários, por terceiros vinculados, decorrente de omissão voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência, bem como é o responsável pelos encargos trabalhistas decorrentes da subcontratação.

7.9.3. O CONTRATADO deverá indicar eventuais subcontratados no momento da entrega da documentação necessária para o credenciamento.

7.10. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de Serviço do CONTRATANTE, bem como os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos, foram enumerados no Anexo B.

7.11. O CONTRATADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de retorno de consultas ambulatoriais.



7.12. A execução e controle dos serviços CONTRATADOS serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.13. Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 15 (quinze) dias. Nesses casos, deve ser emitida nova Guia de Encaminhamento (GAU), com as devidas comprovações para necessidade de prorrogação de internações.

7.14. É vedado ao CONTRATADO exigir que o usuário assine fatura, guia de atendimento ou quaisquer papéis, em branco.

8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o disposto nos anexos:

a. Edital de Credenciamento;

b. Anexo B - REFERENCIAL DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES DO SSM – FUSMA;

c. Anexo C - CLASSIFICAÇÃO HOSPITALAR, DIÁRIAS E TAXAS HOSPITALARES;

d. Apêndice do Anexo C - TABELA DE DIETAS E MATERIAIS HOSPITALARES;

e. Anexo D - ANATOMIA PATOLOGICA, CITOPATOLOGIA E EXAMES LABORATORIAIS;

f. Anexo E - SERVIÇO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR – SIAD; e

g. Anexo F - REGRAS GERAIS PARA AUTORIZAÇÃO, COBRANÇAS DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E ORGANIZAÇÃO DE FATURAS.

8.1.1. Além do disposto acima, deverá ser considerado os seguintes critérios: **Para diárias, taxas, materiais, dietas, contratos e pacotes de serviços** serão adotados os valores constantes das tabelas do Anexo C e seu Apêndice, respectivamente, deste Edital.

8.1.1.1. A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços, com a condição de que os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondam aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.1.2. Caso seja estabelecido um novo pacote, este deverá ser estendido aos demais CONTRATADOS.

8.1.2. Para consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento, será adotado o item 1.2 do Anexo B.



8.1.3. Para honorários de procedimentos médicos, será adotado o que consta no item 1.3 do Anexo B.

8.1.4. Para o serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT), será adotado o que consta no Anexo B, do Edital.

8.1.5. Para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, em que seja necessário uso do filme radiológico, o tamanho do filme deverá ser cobrado de acordo com o disposto na CBHPM e disposições estabelecidas pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, cujos valores terão como parâmetro, R\$ 28,87 (vinte e oito reais e oitenta e sete centavos), o metro quadrado.

8.1.6. Os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e nutrição serão remunerados conforme as tabelas constantes do Anexo B.

8.1.7. Ficam estipulados, dentro de cada Área/Especialidade, as seguintes formas de remuneração:

8.1.7.1. Hospital(is) Geral(is) – item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.2. Hospital(is) Geral(is) com Maternidade - item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.3. Hospital(is) Maternidade - item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.4. Hospital(is) ou Clínica(s) Psiquiátrica(s) - item 19 do Anexo B, do Edital;

8.1.7.5. Clínica(s) de Internação para Dependência Química - item 20 do Anexo B, do Edital;

8.1.7.6. Hospital(is) Infantil(is) - item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.7. Unidade(s) de Terapia Intensiva Neonatal - item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.8. Unidade(s) de Terapia Intensiva para Adulto - item 3 do Anexo C, do Edital;

8.1.7.9. Clínica(s) de Reabilitação - item 4 do Anexo B, do Edital;

8.1.7.10. Laboratório de Análises Clínicas - item 1.2.3. do Anexo D, do Edital;

8.1.7.11. Laboratório de Exames de Anatomopatologia e de Citopatologia - item 1.2.2. do Anexo D, do Edital;

8.1.7.12. SADT - Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica - item 5. do Anexo B, do Edital;

8.1.7.13. Clínica(s) de Especialidades Médicas - item 1.2 do Anexo B, do Edital;



8.1.7.14. Atenção Domiciliar - Anexo E, do Edital.

8.2. Nos casos específicos da clínica odontológica e cirurgias dentistas previstos no Sistema de Saúde da Marinha (SSM), será utilizada como referência para pagamento, a tabela Valores de Referência para Procedimentos Odontológicos 2016 (VRPO 2016) de forma conjunta à pesquisa mercadológica, podendo ser utilizado seu valor bruto ajustado pelo IPCA dos últimos 12 meses ou a média, de acordo com cada especialidade e devida adequação mercadológica.

8.3. Constan dos anexos contratuais, deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade.

8.4. A diária global hospitalar inclui assistência de enfermagem, serviço de camareira, cozeira, serviços gerais, alojamento e alimentação do paciente e será paga conforme os valores constantes no Anexo C, do Edital, Classificação Hospitalar, Diárias e Taxas Hospitalares.

8.5. A diária global da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) será paga conforme os valores constantes no Anexo C, do Edital, Classificação Hospitalar, Diárias e Taxas Hospitalares, incluindo a utilização de aparelhagens, equipe técnica e exames de monitorização.

8.5.1. Excluir-se-á do valor da diária global do UTI, os exames complementares, sangue e derivados, curativos especiais, antifúngicos 3ª geração quimioterapia, hemodiálise, materiais especiais, remoções, despesas com intercorrências cirúrgicas e honorários médicos com especialistas.

8.6. Os valores e as condições de pagamento referentes às diárias das acomodações para internação a que têm direito os beneficiários do SSM/FUSMA, serão cobrados de acordo com o Anexo C, Classificação Hospitalar, Diárias e Taxas Hospitalares do Edital.

8.7. Quando se tratar de taxas, lisura, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), procedimentos radiológicos contrastados, dietas e outros produtos nutricionais e curativos especiais, serão observados os valores e as instruções constantes do Referencial de Procedimentos Médicos-Hospitalares do SSM/FUSMA, Anexo B, do Edital e Apêndice do Anexo C, Tabela de Dietas e Materiais Hospitalares.

8.8. Constan dos anexos deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade, cujo o justo valor será encontrado da seguinte forma:

8.8.1. Medicamentos de Uso Restrito Hospitalar, Especiais, inclusive os Quimioterápicos, e de Uso Geral – Excetuando os materiais descritos no item 2, do Apêndice ao Anexo C, os medicamentos de uso restrito hospitalar, especiais e de uso geral serão cobrados pelos valores acordados no parâmetro constante da coluna “preço fábrica - PF” da Lista de Preços de Medicamentos para compras públicas, emitida por parte da CMED/ANVISA, conforme a tabela vigente na data de utilização, divulgada no site da ANVISA, na coluna Preço de Fábrica (PF). Caso o medicamento não conste na tabela CMED, o credenciado deverá apresentar cotação de preço de



mercado, com notas fiscais, para autorização prévia do HNNa. Medicamentos incluídos em taxas ou pacotes não poderão ser cobrados separadamente.

8.8.1.1 Afasta-se a presente regra de preço caso, no momento de aferição das faturas (glosa), seja constatado valor superior ao praticado no mercado, por força do Acórdão nº 3.016/2012-Plenário/TCU.

8.8.1.1.1 Na hipótese do item anterior será adotada a regra de preço para "medicamentos de preço livre".

8.8.1.2. Preferência deverá ser dada aos medicamentos genéricos. Em caso de inviabilidade, a utilização do medicamento de referência exigirá apresentação dos lacres comprobatórios e justificativa médica apensada à prescrição.

8.8.1.3. Será obrigatória a apresentação dos lacres, invólucros e etiquetas do registro ANVISA para medicamentos e materiais de alto custo, anexados à fatura.

8.8.1.4. Para antineoplásicos/quimioterápicos fica definido, conforme ANVISA, o fracionamento de medicamentos, que deverá ser fornecido segundo as necessidades do paciente, mesmo que em quantidade distinta da embalagem original. O faturamento dos medicamentos será proporcional à quantidade fracionada e utilizada.

8.8.1.5. Para antineoplásicos/quimioterápicos e imuno-oncológicos, orais e injetáveis, utilizar-se-á a tabela CMED – Preço de Fábrica (PF), acrescida de taxa de comercialização de 10% (dez por cento) para clínicas e hospitais.

8.8.2. Dietas Enterais, Parenterais e Suplementos (Industrializadas)

8.8.2.1. Para produtos de ALIMENTAÇÃO ENTERAL, PARENTERAL E SUPLEMENTOS serão considerados os valores estabelecidos com base na pesquisa de PREÇO ESTIMADO e fornecedores, constantes no Apêndice ao Anexo C, TABELA DE DIETAS, item 1. Não haverá a incidência de margem de comercialização sobre os valores das dietas.

8.8.2.2. ALIMENTAÇÃO ENTERAL, PARENTERAL E SUPLEMENTOS a partir de R\$ 600,00 (seiscentos reais), por unidade, e as que não constam na TABELA DE DIETAS item 1, se faz necessário apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos de fornecedores diferentes. Estes orçamentos devem ser apresentados pelo Credenciado, para autorização prévia do HNNa, via Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa, com as seguintes informações: folha timbrada, CNPJ do fornecedor, assinatura, carimbo do responsável e data.

8.8.2.3. O pagamento será realizado com base no menor valor dos orçamentos comprovados, respeitando o valor praticado no mercado local e regional, sendo verificado pelo Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa. Não haverá a incidência de margem de comercialização. Para efeito de comprovação, é requerida a apresentação de lacres, invólucros originais com



registros do produto na ANVISA dos INSUMOS utilizados, e Nota Fiscal, apensos à produção/fatura individual.

8.8.2.4. Nos casos de internação domiciliar, dietas enterais e suplementos nutricionais seguirão as regras acima.

8.8.3. OPME (órteses, próteses e materiais especiais)

8.8.3.1. A indicação deverá obedecer a Resolução do CFM nº 2.318 de 17/10/2022.

a) A solicitação de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) para procedimento eletivo deverá ocorrer com no mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência à realização do procedimento, possibilitando maior conforto e segurança ao paciente e ao médico assistente, evitando transtornos para o CONTRATADO e para o HNNA;

b) Será considerada a informação constante no Apêndice ao Anexo C, item 2, da TABELA DE DIETAS E MATERIAIS HOSPITALARES, com acréscimo de 10% (dez por cento) para taxa de comercialização. Para os itens constantes na tabela não será necessária apresentação da Nota Fiscal em nome do paciente. O material utilizado deverá estar detalhado na nota geral de cobrança e será pago após constada a liquidação/auditoria prévia na sua utilização. Entretanto não isentará o HNNA de efetuar cotação externa, de forma a conseguir melhor economicidade;

c) Caso o OPME esteja incluso na composição de pacotes os mesmos não poderão ser cobrados separadamente;

d) Caso haja necessidade de aquisição de OPME que não esteja listada no Apêndice ao Anexo C, item 2, MATERIAIS HOSPITALARES, a solicitação deverá ser encaminhada ao Serviço de Auditoria em Saúde do HNNA, por meio dos endereços eletrônicos hnaa.orcamento@marinha.mil.br e hnaa.auditoria@gmail.com, acompanhada de três orçamentos provenientes de fornecedores devidamente credenciados, sendo imprescindível a indicação do CNPJ de cada fornecedor, do nome do fabricante e do código da ANVISA. Nos casos em que haja apenas um fornecedor disponível, torna-se obrigatória a apresentação de carta de exclusividade. Os orçamentos serão submetidos à apreciação dos setores competentes e a autorização ocorrerá no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis. A aprovação do orçamento estará condicionada à compatibilidade entre o valor apresentado e os preços praticados no mercado local, após adequada verificação das informações e conformidade com os protocolos estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Marinha, podendo ainda ser demandada certificação e renegociação dos valores junto aos fornecedores. O pagamento será efetivado mediante apresentação e validação da respectiva Nota Fiscal, sendo a remuneração realizada com base no Preço de Fábrica (PF) acrescido de uma majoração de 10% (dez por cento), destinada à cobertura de impostos, contribuições e custos administrativos e logísticos. Ressalta-se que itens de consumo hospitalar não estão sujeitos à referida majoração, sendo tal critério aplicável exclusivamente aos materiais adquiridos de fornecedores do mercado, mediante apresentação de Nota Fiscal em nome do usuário e classificados como OPME e DMI (Dispositivos Médicos Implantáveis). Ademais, as propostas comerciais dos fornecedores, mesmo que transcritas para formulários padronizados dos hospitais,



deverão ser encaminhadas em conjunto, a fim de subsidiar os processos internos e assegurar a manutenção do histórico das cotações;

e) Em casos de falhas ou defeitos apresentados em materiais OPME e DMI, não haverá indenização para os materiais decorrentes dessas falhas. Os procedimentos a serem adotados pelo hospital credenciado incluem: a imediata identificação da falha e a interrupção do uso do material OPME/DMI. O médico responsável deverá elaborar um relatório detalhado de ocorrência, contendo todas as informações pertinentes ao defeito identificado, bem como as medidas adotadas. É obrigatório proceder à notificação do evento à ANVISA, por meio do sistema Notivisa (Alerta ANVISA), e buscar o reembolso diretamente junto ao fabricante ou fornecedor do material. Para fins de registro e histórico da ocorrência, deverão ser encaminhados ao HNNA os seguintes documentos:

I) Relatório detalhado da ocorrência;

II) Justificativa médica;

III) Boletim de Atendimento/Cirúrgico;

IV) Embalagem do material OPME/DMI utilizado;

V) Rótulo respectivo; e

VI) Selo de controle (etiqueta de rastreabilidade) ou outro elemento de identificação que contenha o número e o registro incorporado ao prontuário do paciente;

f) Reitera-se que, conforme previsto no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Ministério da Saúde, é obrigatória a comunicação de qualquer queixa técnica ou evento adverso decorrente do uso de OPME ou DMI à ANVISA, por meio do sistema Notivisa. No caso de confirmação de queixa técnica ou constatação de falha de qualidade, o estabelecimento de saúde deverá proceder ao recolhimento do produto, informar imediatamente o fornecedor para substituição do lote, e notificar a ocorrência à ANVISA. Se o produto gerar efeito não esperado ou causar dano ao paciente, além do recolhimento do produto e comunicação ao fornecedor e à ANVISA, o estabelecimento de saúde deverá monitorar o paciente afetado;

g) Caso o HNNA disponha de Ata de Registro de Preços (ARP) vigente que contemple o item a ser utilizado, será dada prioridade ao fornecimento do produto diretamente pelo HNNA, sem qualquer ônus para o hospital credenciado. Na hipótese de impossibilidade de fornecimento do material constante da ARP pelo HNNA, caberá ao hospital credenciado a responsabilização pela provisão do material, observando-se estritamente o trâmite administrativo previamente estabelecido, com a anexação das três cotações ao respectivo processo e posterior emissão da Nota Fiscal, inclusive com a aplicação da majoração correspondente à taxa de comercialização de 10% (dez por cento);



h) Em caso de urgência ou emergência, quando não houver a possibilidade de solicitação de autorização prévia, deverá ser utilizado material disponível no CREDENCIADO e este terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização do procedimento para encaminhar e-mail ao Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa, anexando a justificativa médica, os 3 (três) orçamentos de seus fornecedores, sendo imprescindível a indicação do CNPJ de cada fornecedor e no caso de único fornecedor apresentar carta de exclusividade. Deverão ser anexados na fatura final, para análise da Auditoria do HNNa, a embalagem da OPME utilizada ou rótulos, selo de controle (etiqueta de rastreabilidade) ou identificação com número e registro no prontuário do paciente, de forma a confirmar sua utilização única e descartável. O material será remunerado com taxa de comercialização de 10% (dez por cento);

i) Para os procedimentos solicitados e realizados em caráter de urgência, em que for necessária a dispensação de OPME/DMI, o HNNa poderá autorizar previamente a realização dos mesmos. No entanto, o pagamento do referido procedimento ficará condicionado à comprovação técnica a posteriori, que será submetida ao setor técnico da Diretoria de Saúde da Marinha para ratificação. Caso não haja concordância quanto ao pedido de urgência do caso ou ao emprego de determinados materiais, serão solicitados mais subsídios ao CREDENCIADO. Este deverá encaminhar um novo relatório médico detalhado, junto com demais evidências que justifiquem a urgência e a utilização dos materiais. Se, ao final do processo de revisão, a urgência inicialmente declarada pelo médico assistente não for comprovada, o material ou os códigos solicitados serão glosados (Glosa Técnica), mesmo que tenham sido previamente autorizados. Essa medida visa garantir a utilização adequada dos recursos e a conformidade com os critérios técnicos estabelecidos para a indicação dos procedimentos;

j) É obrigatória a apresentação de lacres, invólucros e etiquetas do registro do produto na ANVISA, apenso à fatura para OPME de alto custo.

k) Caso o HNNa possua registro de preços para OPME, o CREDENCIADO receberá o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do material adquirido, conhecido como taxa de manuseio, pelos serviços de seleção, programação, armazenamento, distribuição, manipulação, fracionamento, unitarização e dispensação;

l) Fica estipulado o valor máximo de até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a aquisição de OPME, medicamentos de alto custo ou materiais descartáveis, sem a necessidade de autorização prévia do Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa. Entretanto, o Auditor Concorrente deverá visitar todas as solicitações e verificar a conformidade quanto ao uso do material. O hospital credenciado deverá, ainda, planejar-se para apresentar, semanalmente, toda a documentação pertinente para apreciação durante a visita do Auditor Concorrente; e

m) Para os materiais de custo unitário superior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), deverá ser solicitado previamente ao Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a data da realização do procedimento. Nesse caso, o HNNa autorizará num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Caso seja autorizada a utilização do material, deverá ser anexada Nota Fiscal, embalagem ou rótulo/selo de controle de identificação com número, no prontuário do paciente de forma a confirmar sua utilização única/descartável.



8.9. Materiais Médico Hospitalar/Descartáveis

8.9.1. Para materiais acima de R\$ 600,00 se faz necessário apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos de fornecedores diferentes. Estes orçamentos devem ser apresentados pelo Credenciado, para autorização prévia do HNNa, via Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa. O pagamento será realizado com base no menor valor dos orçamentos comprovados, respeitando o valor praticado no mercado local e regional, sendo verificado pelo Serviço de Auditoria em Saúde do HNNa. Não haverá a incidência de margem de comercialização. Para efeito de comprovação, é requerida a apresentação de lacres, invólucros originais com registros do produto na ANVISA dos INSUMOS utilizados, e Nota Fiscal, apensos à produção/fatura individual;

8.9.2. Para materiais com valor inferior a R\$ 600,00, que não estejam listados no Apêndice do Anexo C – TABELA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES/MEDICAMENTOS/OPME, item 2, não será obrigatória a apresentação da Nota Fiscal. Entretanto, a apresentação deste documento poderá ser exigida caso sejam identificadas divergências relevantes entre os valores cobrados e os preços médios praticados no amplo mercado;

8.9.3. Equipo de bomba de infusão para medicação em “dripping”, será pago 1 (um) a cada 72h, exceto para nutrição parenteral/enteral e demais soluções lipídicas;

8.9.4. Nas infusões para hidratação venosa, somente será pago equipo de bomba infusora para pacientes renais, cardiopatas e crianças/RN;

8.9.5. Por ocasião das cotações de materiais deverá ser apresentado a descrição do produto pelo registro da ANVISA, a fim de se identificar similares; e

8.9.6. Destaca-se que, no caso de qualquer intercorrência nos materiais utilizados (defeito ou contaminação inadvertida), não será efetuado o pagamento.

8.10. Materiais Médico Hospitalar/Descartáveis

8.10.1. Alguns produtos podem ser utilizados mais de uma vez, serem reprocessados, em condições de segurança, prática que lhes confere maior vida útil e uso enquanto apresentarem eficácia e funcionalidade. Há normas que regulamentam essa utilização contínua. Produtos passíveis de processamento são aqueles que permitem repetidos processos de limpeza, desinfecção ou esterilização, podendo, portanto, serem reutilizados - desde que obedeçam à normatização vigente. Esse reprocessamento não deve ser repetido indefinidamente: há um momento em que a qualidade do produto – no que diz respeito à sua eficácia e funcionalidade – já não corresponde à necessária para seu uso;

8.10.2. A normatização também estabelece os critérios para a proibição do processamento de um produto para saúde, o que depende basicamente de duas condições:

I. Se o material consta da lista publicada pela RE/ANVISA 2605/2006, que estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único, cujo reprocessamento é proibido; e



II. Quando a rotulagem do produto apresentar os dizeres “Proibido Reprocessar”, conforme estabelece a RDC/ANVISA nº 156/2006, que dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos;

8.10.3. Quando as duas condições acima referidas não são evidenciadas, o produto será considerado passível de processamento. Neste caso, não há proibição quanto ao seu reprocessamento, desde que os serviços que se propõem a realizar essa atividade sigam o que preconiza a RE/ANVISA 2606/2006, sobre a elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos, e a RDC/ANVISA nº 15/2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde. Os dizeres “Uso Único”, “O fabricante recomenda o uso único” ou símbolos internacionais e dizeres em outras línguas não significam o enquadramento automático do produto como não passível de processamento. A normatização brasileira deve ser aplicada de acordo com o tipo de produto, fabricante, modelo, material e vários outros critérios.

8.11. É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do SSM/FUSMA qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes dos valores pactuados.

8.12. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO.

8.13. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na Conta-Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.14. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da liquidação das notas fiscais pelo Ordenador de Despesa (OD) no sistema SIAFI.

8.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



8.16. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.17. Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração Pública Federal efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.18. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.19. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.20. O procedimento de aferição das faturas encontra-se detalhado no item 18, do Anexo F.

8.21. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

8.22. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

8.22.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.23. É vedado ao CONTRATADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

9.1. Os valores dos itens previstos no corpo do Edital e em seus anexos, **poderão** ser anualmente, atualizados e republicados, total ou parcialmente, após negociação, podendo ser utilizado índice de reajustamento de preço IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) específico ou setorial, sendo utilizado aquele que representar maior economicidade para a Administração Pública, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SGSEDGGD/ME 65/2021.

9.1.1. Os preços dos medicamentos serão pagos pela tabela CMED, com atualização publicada pela ANVISA, em momento e condições previstos nas resoluções da referida autarquia federal.



9.2. A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

10.1.2. As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do SSM/FUSMA, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme as diretrizes emanadas pela Diretoria de Saúde da Marinha.

10.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.4. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.5. Dirimir as dúvidas do CONTRATADO sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-o por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

10.1.6. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

10.1.7. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital;

10.1.8. Repassar aos beneficiários do SSM/FUSMA as informações recebidas do CONTRATADO referentes aos dias, horários e endereços de atendimento;

10.1.9. Emitir a GAU - Guia de Apresentação do Usuário, sempre que necessário;

10.1.10. Colocar à disposição dos usuários a lista, com endereço das especialidades credenciadas, sem interferir na escolha do prestador;

10.1.11. Elaborar e fornecer materiais informativos referentes as determinações administrativas que visem o gerenciamento do credenciamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS

11.1. O CONTRATADO obriga-se a:

11.1.1. Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

11.1.2. Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente;

11.1.3. Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CONTRATANTE;



11.1.4. Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

11.1.5. Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.7. Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;

11.1.9. Manter, durante a execução do contrato, todas as obrigações, condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião do credenciamento, particularmente no que se refere a regularidade fiscal e a capacidade técnica e operativa;

11.1.9.1. Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o CONTRATADO não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

11.1.9.2. Administração poderá conceder um prazo para que o CONTRATADO regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

11.1.10. Permitir ao Hospital Naval de Natal (CONTRATANTE) avaliar o atendimento e os serviços prestados aos beneficiários do SSM/FUSMA, por intermédio de auditorias específicas realizadas por profissionais do Hospital Naval de Natal que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas;

11.1.11. Desenvolver, fornecer e dimensionar a infraestrutura necessária ao bom atendimento e satisfação dos beneficiários do SSM/FUSMA, dentro das normas estabelecidas pelo Hospital Naval de Natal;

11.1.12. Proceder a verificação rigorosa da identificação do beneficiário do SSM/FUSMA. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do beneficiário do SSM/FUSMA será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO;

11.1.13. Prestar ao Hospital Naval de Natal esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento;

11.1.14. O CONTRATADO deverá remeter, **diariamente até às 09h (nove horas)**, para o e-mail **hnna.enfsec@marinha.mil.br** a lista diária dos pacientes internados nas respectivas Organizações Civis de Saúde (OCS), preenchendo o Anevo VII do Termo de Contrato – **MAPA DE PACIENTES BAIXADOS (INTERNADOS) EM ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS)**;



11.1.14.1. O tratamento dos dados acima mencionado, tem uma base legal que o permite dentro de limites nela estabelecidos. Esta base legal é a Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

11.1.15. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CONTRATADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

11.1.16. A responsabilidade civil pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do paciente ou gerar danos morais ou materiais será suportada exclusivamente pelo CONTRATADO, que será chamada à Justiça para responder e deverá arcar com os honorários advocatícios fixados para defesa do CONTRATANTE;

11.1.17. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos USUÁRIOS, corpo clínico, exames e serviços prestados, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano); e

11.1.18. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria.

12. DAS SANÇÕES

12.1. O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante credenciamento ou a execução do contrato;

12.1.6. Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito, a critério do CONTRATANTE, ao pagamento de multa de até 0,5% sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias de atraso, aplicada na forma prevista no art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

12.2.1. Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do serviço em mora, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;



12.2.2. Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do serviço em mora, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

12.2.3. A multa acima não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.3. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CONTRATADO, a critério do CONTRATANTE, na forma do disposto no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, às seguintes penalidades:

12.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

12.3.2. Multa compensatória de até 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, caracterizada a inexecução parcial.

12.3.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

12.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

12.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.



12.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.

12.7. As sanções previstas nos itens 12.3.1, 12.3.3 e 12.3.4 poderão ser aplicadas junto com a do subitem 12.3.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo legal.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa, precedida de análise jurídica e facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.

12.9. As demais sanções são de competência exclusiva do CONTRATANTE.

13. DA RESCISÃO

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:

13.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;

13.1.1.8. caso a contratada possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, §3º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial, promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração



Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.1.3.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

13.1.3.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

13.3. O Hospital Naval de Natal poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

13.4.1. Devolução de garantia;

13.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

13.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

13.5.1. Execução da garantia contratual, quando houver, para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de multas devidas à Administração Pública.

13.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal e das multas aplicadas.

13.6. É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

13.8. A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.



13.9. A rescisão poderá ainda ser realizada por ato unilateral do contratado, mediante descredenciamento por solicitação, ocasião em que gerará efeitos a partir de 30 (trinta) dias do protocolo do pedido.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e do art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de comunicação da decisão.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 3 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

14.4. Os recursos deverão ser entregues no Serviço de Credenciamento do Hospital Naval de Natal para apreciação da Comissão Especial de Credenciamento, em envelope que deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

HOSPITAL NAVAL DE NATAL
SERVIÇO DE CREDENCIAMENTO
RECURSO PARA CREDENCIAMENTO
RAZÃO SOCIAL / CNPJ OU NOME DO PRESTADOR / CPF

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

14.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital, após a data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, do Aviso de Credenciamento, e no Diário Oficial da União.

15.2. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Secretaria do Hospital Naval de Natal.

15.3. Caberá à Comissão Especial de Credenciamento julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.



15.4. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados ao Serviço de Credenciamento do Hospital Naval de Natal, por meio do e-mail hnaa.credenciamento@marinha.mil.br ou presencialmente.

16. DA REVOGAÇÃO

16.1. A Administração Pública Federal poderá revogar o Edital de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A qualquer tempo, o CONTRATANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CONTRATADOS para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o CONTRATADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário no setor de admissão do CONTRATADO onde estiver sendo assistido;

17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e,

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do CONTRATADO, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Hospital Naval de Natal.



17.7. Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica ou possível a transferência para outra OCS.

17.7.1. Havendo contrato com outra OCS, ligado a novo Edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2. Se a OCS, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8. O CONTRATADO deverá prestar todas as informações e esclarecimentos à equipe de auditoria de contas médicas do CONTRATANTE de modo a possibilitar os trabalhos de auditoria, na verificação dos laudos técnicos, pareceres, embalagens de materiais de alto custo, radiografias pós operatórias e demais documentos.

17.9. Nenhum militar das Forças Armadas, ou Servidor Civil, ou responsável pelo procedimento administrativo de credenciamento poderá receber remuneração, honorários ou pagamento por serviços profissionais prestados aos beneficiários atendidos pelos prestadores de serviços contratados conforme disposto na Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 11.878, de 2024.

17.10. Os casos omissos serão resolvidos, pelo Diretor do Hospital Naval de Natal, com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.878/2024, nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.11. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao Serviço de Credenciamento do Hospital Naval de Natal e encaminhadas para endereço eletrônico hnaa.credenciamento@marinha.mil.br.

17.12. A minuta do presente Edital foi elaborada pela Advocacia-Geral da União, conforme despacho de aprovação no NUP nº 63064.010971/2023-38.

18. DO FORO

18.1. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal na cidade de NATAL/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal, 20 de outubro de 2025.

FABIO COSTA SOUZA
Capitão de Mar e Guerra (Md)
Diretor do Hospital de Naval de Natal
Ordenador de Despesa
ASSINADO DIGITALMENTE

